

FAVELA: "IGUAIS E DESIGUAIS" *

Ana Maria de Niemeyer

(Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas)

INTRODUÇÃO

Os estereótipos negativos em relação à vida da Favela e aos seus moradores, os favelados, estão presentes tanto na ideologia da política habitacional do Estado, quanto nas representações espontâneas dos habitantes de cidades como São Paulo e Campinas. A rotulação desses núcleos como foco de vadiagem, promiscuidade, delinqüência e sujeira, é combatida pela literatura sociológica recente sobre Favela, continuando uma tradição iniciada por pesquisadores que trabalharam sobretudo no Rio de Janeiro.¹ Paralelamente, esses estudos analisam criticamente as teorias subjacentes a conceitos como marginalidade e cultura da pobreza que, em última instância, reforçam o estigma sobre o favelado, cuja manutenção serve aos interesses da classe dominante. Um dos pontos centrais negados é a homogeneização implícita na visão estereotipada sobre Favela. Apóiam sua argumentação em dados concretos sobre ocupação, renda, nível de alfabetização etc., que mostram o quanto essa moradia popular é diversificada internamente. Enfatizam, além disto, a semelhança estrutural do favelado com os demais trabalhadores braçais que vivem em outros tipos de habitação. Concordam, também, em pontos fundamentais tais como: em primeiro lugar, que a prática da moradia em Favela corresponde a uma economia feita pelo trabalhador basicamente em aluguel e transporte. Ora como existe uma desvalorização da mão-de-obra não especializada em relação aos preços das mercadorias essenciais, os trabalhadores recorrem à moradia mais barata e

(*) — O presente artigo é uma segunda versão da comunicação que apresentei à 30ª Reunião Anual da SBPC, em São Paulo, em julho de 1978. Está baseado em partes do material empírico recolhido durante as etapas iniciais do meu trabalho -1972-1977- (parcialmente financiado pela FAPESP), período em que participei do programa de pós-graduação em Antropologia Social do IFCH da UNICAMP. Esse artigo foi discutido com Verena Martinez-Allier a quem quero agradecer não só esta colaboração, mas também a orientação de minha pesquisa durante a fase em que fui aluna do conjunto de Antropologia. Da mesma forma as sugestões dos colegas deste conjunto tem sido de extrema utilidade.

procuram através do trabalho infantil, do trabalho feminino, das horas extras e de uma série de práticas sociais (biscates, “rolos” — i.e., trocas — aluguel de cômodos de barracos, etc.) completar o mínimo necessário para sua sobrevivência e de sua família². Em segundo lugar, afirmam que a ocupação ilegal de um terreno de propriedade particular é o que define a especificidade da Favela entre outros tipos de moradia da classe trabalhadora.

Esses estudos, entretanto, não se têm detido especialmente na definição do favelado e da Favela pelos próprios moradores desses núcleos populacionais, assim como também não tem sido registrada a sua percepção em relação à homogeneização que lhes é atribuída pelos “de fora” da Favela. Por outro lado, não tem ocorrido uma preocupação em analisar detidamente o ponto de vista dos “de dentro” sobre a ilegalidade, definida pelas regras de propriedade privada do sistema capitalista, quanto à sua situação de “morador”. Enfim, a organização interna do espaço de uma Favela não tinha, até então, surgido como objeto particular de uma pesquisa. São justamente essas questões e a ênfase sobre espaço que fazem parte de um estudo que venho desenvolvendo sobre a prática e a ideologia de moradia de trabalhadores não especializados migrantes em São Paulo desde 1972³.

Aqui, entretanto, pretendo discutir um aspecto focalizado no meu estudo que é a questão de homogeneização presente na visão “de fora” sobre Favela⁴. Para tanto, tomarei o exemplo de uma das Favelas que estudei e me deterei somente na avaliação de funcionários do poder público que atuavam nesta Favela por ocasião de uma tentativa de remoção (1972). A opinião de trabalhadores não favelados (recolhida em material de jornal), também será levada em consideração. Paralelamente, analiso o projeto de desfavelamento da Prefeitura de São Paulo, para o período de 1972. A idéia é apenas identificar, para os objetivos deste artigo, contúdos de uniformização presentes na definição de Favela pelo poder público. Não se trata, pois, de uma análise aprofundada da ideologia habitacional do Estado. Este conjunto de dados será confrontado com a resposta que os trabalhadores da Favela estudada dão à visão — e atuação — dos “de fora” sobre sua condição de moradia⁴. Como contrapondo à visão estereotipada “de fora” sobre a Favela e à resposta dos favelados, utilizarei dados a respeito de uma vida popular da COHAB em Campinas, estudada nos anos 1972/73 por Suely K. Almeida⁵.

A VISÃO DOS “DE FORA” SOBRE OS FAVELADOS E OS MORADORES DA VILA POPULAR.

1. A percepção destes grupos por setores da classe trabalhadora.

Em 1972, quando teve início a tentativa de remover a favela que estudei, o poder público promovia um programa de desfavelamento destinado

a eliminar várias Favelas localizadas junto à marginal do rio Pinheiros nos limites dos bairros Cidade Jardim, Pinheiros, encravadas, portanto, em bairros de classe dominante. Previa-se o deslocamento das famílias para um conjunto de barracões, construídos pela Prefeitura e situados junto à Rodovia Raposo Tavares. Os trabalhadores moradores dos bairros próximos a esse local, manifestaram-se na ocasião contra a vinda dos favelados. Conseguiram do Administrador Regional de Pinheiros a paralização das obras. Segundo o testemunho desses moradores, esta teria sido apenas a vitória de uma "batalha", pois a guerra só seria ganha quando a Prefeitura mandasse desmontar todos os barracões⁶. Os argumentos usados repetem uma constante encontrada nos movimentos populares de resistência à vizinhança com Favelas e que são comuns na periferia de São Paulo. Os favelados são vistos como marginais e desordeiros, e sua presença traria insegurança para o bairro, comprometendo inclusive a imagem do local como habitado por gente trabalhadora.

A propósito da vila da COHAB em Campinas, Suely K. Almeida chama atenção para a existência de "um conjunto de atributos que formam a imagem que os habitantes de Campinas constroem sobre a vila popular: perigosa, desordeira, moradia de favelados e de mocambeiros, moradia de preto. Esta imagem valoriza negativamente a vila e ao mesmo tempo homogeniza seus moradores"⁷. Da mesma forma em abril de 1975, moradores do conjunto residencial da COHAB em Carapicuíba — São Paulo — manifestaram-se contra a instalação de favelados vindos de Barra Funda nas quatro mil casas abandonadas que compõem uma ala do local. A justificativa era a de que os favelados representariam um perigo pois trariam para o conjunto um aumento de criminalidade⁸.

Esses conflitos entre os próprios trabalhadores apontam para a presença de mecanismos que atuam além da condição de moradia, esta podendo representar, muitas vezes, apenas um espaço circunstancial de localização daqueles. Trata-se de questões que não entram no objetivo desse ensaio, como por exemplo, problemas relacionados à solidariedade e à competição entre os próprios trabalhadores. Por outro lado, uma discussão sobre esse tema teria que levar em conta outros fatores, inclusive o próprio contexto repressivo e de fechamento político da conjuntura dos anos 1972 — 1975. A ausência de canais de reivindicação legítimos tem impossibilitado a luta por direitos básicos e possivelmente explica a acentuação de conflitos como aqueles e de mecanismos de diferenciação que surgem entre os trabalhadores favelados por ocasião de uma remoção.

2. A visão do poder público.

Uma paisagem uniforme resulta de uma "Vila Habitacional Provisória", quando formada por idênticos barracões de madeira que abrigam, cada um,

várias unidades familiares separadas internamente, uma das outras, por paredes de madeira. É o que se observa, por exemplo, na Vila para onde foi removida a Favela em agosto de 1977. Aliás também chamada de Favela pelos moradores.

No projeto elaborado em 1971, são definidos alguns conceitos que transcrevo com a finalidade de esclarecer a discussão que se seguirá:

“Habitação é o meio ambiente material e artificial onde o ser humano, individualmente ou em grupos, desenvolve atividades primárias, complementares, de relacionamento social e de intercomunicação.

Habitação sub-normal é aquela que não apresenta níveis mínimos de segurança, durabilidade, tamanho, salubridade, nem condições de vivência grupal e de desempenho de atividades primárias e complementares. Em São Paulo existem três tipos diferenciados de habitações sub-normais ou inadequadas: barracos de favela, cômodos de cortiço e casas precárias de periferia.

*Favela, constitui-se como um dos agrupamentos de habitação sub-normal e se caracteriza como um conjunto de casas em que a madeira, a lata, o zinco e o papelão aparecem como materiais construtivos, irregularmente distribuídos ou em terrenos abandonados, ou em litígio, de propriedade do poder público, geralmente insalubres, desprovidos de recursos de infra-estrutura. Os barracos são construídos pelos próprios interessados (moradores ou locadores) de forma rústica e primitiva, sem levar em consideração os mínimos padrões construtivos. Oferece aspecto paisagístico em dessonância com as estruturas arquitetônicas das grandes cidades, onde comumente aparecem como fenômeno significativo do processo de urbanização ao lado das outras formas de habitação sub-normal. *Desfavelamento* é o processo pelo qual se proporciona as famílias residentes em favelas melhores condições de moradia e mudança dos seus padrões “de habitabilidade”⁹.*

Para os objetivos do presente artigo importa reter somente alguns dados dessa conceituação: em primeiro lugar, a definição de Favela pelo aspecto físico das moradias e pela ilegalidade de ocupação de terreno; em segundo lugar, a contraposição de dois padrões de habitabilidade, um considerado normal e outro sub-normal, sendo o primeiro o correto. Parece-me que, subjacente está a idéia de que o trabalhador que vive em Favela não tem conhecimento do padrão normal de morar. O seguinte trecho parece confirmar esta minha hipótese:

As correntes migratórias "desprovidas totalmente de recursos e de oportunidades de trabalho regular, instalam-se precariamente nas áreas desocupadas que podem encontrar e dão origem à formação de favelas. A falta de instrução, de qualificação e de experiência de vida anterior em metrópoles, conduzem-nas à utilização de formas precárias de acomodação.

Em seguida é proposta uma solução: "propõe-se a criação de Vilas de Habitação Provisória — V.H.P. — para a qual serão transferidas as populações residentes em favela que, ali serão objeto de um processo educativo de inserção no contexto urbano". As V. H. P. se constituirão em estágio habitacional intermediário, antecedendo ao ingresso numa das alternativas a serem oferecidas pelo sistema de Provisão de Habitação" ¹⁰.

A população migrante ignora, desta forma, seguindo-se a lógica deste argumento, o padrão normal, portanto metropolitano, de moradia. Para se integrar na metrópole precisa sair do barraco, da Favela, e passar por um processo educativo. ¹¹

Ao examinar alternativas para a construção das V.H.P., o projeto discute as vantagens e desvantagens da Vila de alvenaria, de casas de madeira, de barracos melhorado, de transferência de barracos. Entre as justificativas apresentadas a favor e contra cada caso, selecionei alguns argumentos. No que se refere as vantagens das Vilas de alvenaria para a clientela, um argumento levanta a possibilidade de que "a mudança súbita de barraco para casa de alvenaria é uma operação impacto que por sua natureza pode vir a gerar condicionamentos para outras mudanças no comportamento desta faixa populacional". Quanto às desvantagens das Vilas formadas pela transferência dos barracos da Favela, o documento refere-se ao fato de que o "barraco não oferece condições de meio ambientedoméstico-familiar" ¹².

Estes dois exemplos são suficientes para colocar a hipótese de que ao se fazer uma análise da ideologia subjacente ao projeto encontrar-se-ia uma postura que acredita na determinação fundamental de modos específicos de comportamento pelo *habitat*. Neste sentido, seria possível dizer que há uma reificação dos estereótipos negativos presentes nas representações espontâneas dos moradores da cidade sobre Favela e barraco. Os exemplos que seguem confirmam essas hipóteses. Assim ao avaliar a desvantagem das Vilas construídas com "barracos melhorados", há uma ponderação que diz que ocorrerá a "conservação de um preconceito da própria população favelada que evita identificar-se como tal"; e que "como a opinião pública é desfavorável à Favela, haverá o enquistamento e a segregação da população da Vila" ¹³. Estes mesmos argumentos são empregados na avaliação dos pontos negativos trazidos pela Vila de casa de madeira: "imediate identificação com a favela por parte da comunidade maior, pelo aspecto físico que ela apresenta" ¹⁴.

Por último, os argumentos propriamente de ordem econômica que, certamente, são os que pesam mais na decisão, dão mais vantagens, à transferência para barracos. Estes representam uma “economia de tempo para implantação das Vilas, considerando que a reconstrução dos barracos exige menor tempo que uma construção de alvenaria ou casa de madeira ou barraco melhorado”. O custo de implantação será menor: “mão-de-obra menos onerosa e material já existente”.¹⁵

Ainda dentro desta perspectiva ao avaliar a vantagem de construção de uma vila com “casas de madeira”, há uma referência à “facilidade em mudar a natureza do centro ou da destinação da área que ocupa, dada a facilidade relativa de retirada da madeira”¹⁶.

Nos limites da presente discussão, comento apenas o que observei na V. H.P. para onde foram transferidos os moradores da Favela. Os favelados estão morando em grandes barracões que comportam algumas unidades familiares. Para que se possa ter uma idéia certa do significado para a Prefeitura desta alternativa seria necessário que se fizesse uma pesquisa maior.

Aqui fica colocado, como hipótese, que o menor custo deve ter condicionado a escolha do barraco. O resultado real deste tipo de solução é de que há uma identificação do local com Favela. Fica patente, além disto, a reprodução por parte do Estado das condições precárias de moradia desse setor da classe trabalhadora.

Resta avaliar como esse processo que venho focalizando ao nível das normas presentes no projeto da Prefeitura para 1971 ocorreu de fato em 1972. Nesta data, os funcionários encarregados da organização da mudança na Favela cadastraram os moradores procedendo a uma identificação dos barracos e de seus ocupantes. Cada barraco recebeu um número, pintado na porta, que correspondia a uma ficha de identificação da Prefeitura. Paralelamente as mulheres, os homens-pais de família e os solteiros foram convocados, em separado, para reuniões de esclarecimento. Ao mesmo tempo, procurava-se dar uma identidade pessoal a cada morador promovendo uma campanha de documentação.¹⁷ Algumas proibições foram levantadas pelas “autoridades”, tais como a construção de cercas.

A pedido de alguns moradores compareci numa reunião para as mulheres da Favela convocada pela Prefeitura. A idéia era a de que eu transmitisse aos funcionários seus argumentos e sua opinião quanto à remoção. Argumentei dizendo que como estudante não tinha força nenhuma. A resposta que ouvi: “uma mentira da senhora, vale por dez verdades minhas.” Esclareço que nessa ocasião, primeiro ano do meu estudo na Favela, junto com o grupo de pesquisadores da U.S.P., os favelados ainda acreditavam que nós tínhamos alguma vinculação com a Prefeitura, apesar de nossas explicações quanto a nossa identidade de estudantes. Portanto, quando se analisa

os discursos que foram emitidos nos primeiros tempos de nosso trabalho, deve-se levar em consideração a estratégia desenvolvida pelos moradores diante dos "de fora" na situação de ameaça de expulsão.¹⁸

O relato da reunião tornará mais clara esta afirmação. O local do encontro foi um barracão construído para esta finalidade numa Favela vizinha que também seria removida. Este barracão servia também como modelo ilustrador daqueles que seriam construídos na Raposo Tavares. Na reunião estavam presentes umas quinze moradoras, duas funcionárias da prefeitura, eu e mais uma outra pesquisadora, e, do lado de fora, um policial. O objetivo foi a transmissão de esclarecimentos pelos dirigentes da reunião aos presentes, quanto aos critérios que seriam adotados para a seleção daqueles que iriam para a Vila de Habitação Provisória. Explicou-se também a intenção da Prefeitura: ajudar os favelados durante um tempo até que, no futuro, tenham melhores condições financeiras. Desta forma, se agora ficam sem pagar aluguel, numa moradia melhor do que a Favela (sic), poderão economizar para dar entrada num terreno e posteriormente construir uma casa. Isto vai depender, entretanto, do trabalho e da boa vontade de cada um. (Subjacente a esta afirmação até está a concepção do favelado como "vagabundo" e a opinião de que é pelo trabalho que se consegue passar da condição de favelado para o de proprietário.) Respondendo à pergunta de uma das moradoras presentes sobre se serão ou não permitidos "quintalinhos", uma funcionária afirmou que quintais serão proibidos, já que tudo será igual para todo mundo. Não poderá ser feita nenhuma modificação nos barracões. Ninguém vai poder cercar nada. A moradora argumenta dizendo que na Favela, como eles sabem, ela tem um quintal cercado e que esta é uma condição imprescindível para ela morar, pois seu marido não vive sem uma plantação e seus filhos não podem ficar misturados com as outras crianças da favela porque eles são de paz e não gostam de confusão. Além disso, ela enfatiza que quando eles visitaram seu barraco puderam observar como tudo lá era limpo. (Al. fem. 40 anos, casada, 8 filhos, lava e passa roupa para os peões da favela. 1972.) O comentário posterior das outras moradoras presentes à reunião é de que Al. de fato estaria preocupada com a perda do negócio de aluguel e venda de barracos e não com a roça do quintal e com os filhos.

Essa reunião é um exemplo de contexto em que os trabalhadores se defrontam com o sistema de classificação usado pelos "de fora" para situá-los socialmente, assim como da forma com que traduzem dentro do seu próprio código a informação que recebem. Do seu estoque de códigos retiram, aqueles que devem ser utilizados no momento adequado, dependendo de com quem está falando e em que situação.

O uso da categoria limpeza por Al, para marcar sua individualidade, quando está reunida, enquanto "favelada", com outras moradoras da Favela com quem normalmente não se encontraria em conjunto, por causa de

rivalidades internas, exemplifica o que venho afirmando. A higiene era uma condição valorizada pelas "autoridades" ali presentes. Naquele momento, importava, pois, atribuir a si sinais considerados positivos pelos dirigentes da reunião. Dentro da mesma perspectiva dizer "que não gosta de confusão" implica em contrapor uma imagem de si positiva diante do senso comum que classifica o favelado como "bagunceiro". O objetivo final de *Al.* naquela situação era o de conseguir vantagens individuais diante da situação de força em que se encontrava.

3. A prática de moradia na vila da COHAB em Campinas.

Os critérios de seleção dos candidatos ao plano habitacional das vilas da COHAB em Campinas, explicitados nos termos de compromisso, estabelecem um nível de renda *X* e ausência de propriedade de imóvel residencial. A instituição homogeniza, assim, formalmente, os moradores da vila. Segundo Suely K. Almeida este fato se "expressa, por exemplo, no arranjo arquitetônico das vilas, cujas casas são iguais, variando apenas em algumas poucas cores e números de quartos"¹⁹.

Porém creio que a variável que determina fundamentalmente a uniformização das casas da vila popular é de ordem econômica, transcendendo uma possível intenção da COHAB em planejar "casas iguais para pessoas iguais", como me parece que sugere a análise dessa pesquisadora. A rigidez e pobreza de inovação do terreno e na concepção das casas do conjunto é explicada pela necessidade de se extrair o maior lucro possível do produto. Dentro desta lógica, o preço do terreno tem um peso bastante grande o que explicaria uma economia e uso standartizado de espaço.²⁰

A aparente igualdade de critérios econômicos que selecionariam os candidato à moradia na Vila popular, esconde uma série de expediente informais que contrariam as normas da Instituição. Ocorrem por exemplo, casos de família que chegam a morar na Vila apesar de não preencherem os requisitos formais, através de relações políticas que mantêm com pessoas influentes ou com funcionários da COHAB. (Esta prática foi extensamente analisada por Lícia Valadares no caso da transferência de favelados para os conjuntos populares, como a Cidade de Deus, no Rio de Janeiro²¹). Porém, este não é único aspecto que quebra as diretrizes da COHAB, pois o mesmo acontece com o aluguel de casa (ou parte delas), a construção de mais cômodos e várias outras reformas, realizadas nas casas da Vila. "Por exemplo, se no planejamento arquitetônico e familiar da COHAB a casa é prevista para ser a residência de uma unidade doméstica, não é incomum encontrarem-se duas ou até três unidades domésticas, aparentadas, residindo na mesma casa". Essas são práticas quotidianas que apesar do não oficial da COHAB reafirmam concretamente a experiência social dos trabalhadores migrantes²².

A reorganização gradativa dos grupos familiares migrantes nas cidades é uma constatação que pode ser apoiada nos estudos de Suely K. Almeida na vila popular planejada em Campinas, de Célia L. Ramos em bairros po-

pulares espontâneos, também em Campinas, nos de Eunice Durham em moradias populares em São Paulo, e no meu trabalho e no da equipe da USP em duas Favelas de São Paulo. No caso da Favela que focalizado neste artigo, penso que sua história confunde-se com a dos grupos familiares que ali residem. Para muitos esta Favela representa o primeiro espaço onde se dá a reorganização da família migrante. ²³.

Essas observações podem ajudar a levantar alguns pontos relativos à questão da relação legalidade x ilegalidade entre esses trabalhadores. Chamo a atenção para um único ponto: existe uma contradição entre as normas ideais da política habitacional do poder público e a sua prática. Assim, de fato, ocorrem com a colaboração das autoridades situações ilegais de ponto de vista ideal. A resposta dos moradores da Favela e da Vila representaria uma captção desta contradição e conseqüentemente uma atuação de acordo com aquela prática.

4. Favela — "Um lugar sem endereço."

Aquela remoção prevista em 1972 não aconteceu. A Prefeitura mudou seus projetos. Mas os números nos barracos ficaram. Novos moradores chegaram. As cercas aumentaram. E também as vendas e os jogos de sinuca. Os números da Prefeitura, símbolos de regras externas de identificação, passaram a ser reinterpretados pelos favelados. Transformaram-se em símbolo de legitimidade, pois mostravam antigüidade de moradia no local. Este é um princípio que confere internamente uma série de direitos, quanto por exemplo à ocupação de trechos do terreno da Favela. Um novo critério passou a ser usado pelos moradores para marcar diferenças, internas: "aqueles que têm número no barraco" e "aqueles que não têm." A antigüidade de moradia no local também é um princípio que é reconhecido pelos "de fora". Os funcionários da Prefeitura, como já foi mencionado, ao proceder a um levantamento nesses núcleos, procuram iniciar o contacto pelos moradores mais antigos. O número do barraco passou, então em casos como este, a atestar o tempo de residência.

Um segundo exemplo aponta uma interpretação simbólica não só do número do barraco, mas do próprio barraco. Um morador, (ED. CB., 26 anos, casado, 1 filho, servente de pedreiro — novembro 1974), trouxe do lixo de uma construção civil onde trabalhava, uma placa que anunciava um prédio da Construtora CAL, com os seguintes dizeres: Vila Mediterrânea. CAL. Ao lado aparecia o símbolo da Construtora — uma concha shell. A placa foi colocada na frente de seu barraco, tendo sido acrescentado por ele, a tinta, o número que recebera da Prefeitura. O que resultou num segundo sentido da primeira mensagem: barraco nº 50. Vila Mediterrânea. CAL. (embaixo o símbolo da concha Shell). A impressão de quem olha a placa de relance, é a de que o nome do barraco é Vila Mediterrânea.

Este exemplo e o do uso estratégico da categoria limpeza por uma favelada (como o citado acima), lembram a possibilidade de um jogo com regras, símbolos e categorias de classificação, retirados do código cultural dos “de dentro” e dos “de fora”. O mesmo pode ser dito em relação à reorganização do espaço de casas planejadas da vila popular. A consequência do processo é um padrão diferente do primeiro. Os elementos “de fora” são reelaborados entrando numa nova combinação, cujo resultado testemunha a prática de moradia real dos moradores dos núcleos populares como a Favela e a Vila.²⁴

A questão do endereço, entretanto, carrega consigo uma conotação exclusiva da moradia em favela. É o único índice que permite a identificação do trabalhador, quando fora da Favela, como “favelado”. Situação que acarreta no ato um descrédito de sua pessoa.

Três exemplos de casos concretos e a avaliação de um favelado sobre o que significa ser “favelado” são suficientes para apoiar esta afirmação.

O dono de uma das vendas da Favela, (JS. masc. casado, 5 filhos. Janeiro 1975) pediu que eu preenchesse para ele um formulário que visava a obtenção de um atestado de residência para a polícia. Documento este que seria depois apresentado no Instituto Nacional de Previdência Social. Recém chegado da Bahia (meses antes deixara esta Favela, vendendo seu barraco e a venda de então), onde não foi bem sucedido, de volta instalou-se num novo barraco não numerado, pois, naquele momento (1974) a tentativa de remoção, já tinha sido frustrada. Ele me ditava, então o que eu deveria escrever. No momento de preencher o endereço ficou a dúvida entre ele e outros vizinhos seus, que bebiam no bar na ocasião; se colocassem só o nome da rua, mas sem número logo veriam que era “maloca”. Um dos frequentadores do bar sugeriu que ele colocasse o número do seu barraco. Porém logo arrematou, dizendo que se ficasse sem número também não tinha importância porque a polícia também é “fraco”, (sic) já que “ganha salário como nós”. Observa-se nesse caso um contexto em que um critério externo de identificação pessoal poderia ser usado pelo favelado (caso ele tivesse colocado o número do barraco do vizinho) para a construção de uma identidade social positiva.²⁵ Porém dependendo da situação de força em que se encontram frente a frente policiais e favelados, a mesma questão pode assumir uma outra significação.

No Juizado de Menores, um trabalhador que procurava retirar seu filho menor preso depois de uma batida policial nas ruas de Pinheiro, foi identificado como favelado no momento de preencher uma ficha de identificação. O escrivão indagava o endereço do trabalhador que respondia o nome da rua, procurando esquivar-se da insistência daquele em perguntar o número. Em dado momento o escrivão concluiu e escreveu sem ouvir a confirmação: “Favela...”. Neste momento, a identidade do trabalhador sofreu uma de-

terioração trazida pelo estigma favelado. Fato que o colocava numa situação de maior fraqueza diante daquele contexto repressivo.²⁶

O terceiro exemplo localiza-se em agosto de 1977 por ocasião da remoção da Favela. Perguntei a um morador (A., masc., casado, 5 filhos, vigia noturno do escritório de uma multinacional localizada em Pinheiros), se ele sabia porque desalojavam os moradores. (Neste momento seus pertences estavam sendo transportados para um caminhão da Prefeitura sob a vigilância de um motorista, funcionário da Prefeitura, que ajudava a mudança.) A., respondeu que o motivo transmitido pelas autoridades foi que eles estavam atrapalhando a vista do Jôquei Clube. As pessoas acertavam o binóculo em direção daquele bairro e deparavam com a Favela. O Jôquei, então, teria dado uma verba para a Prefeitura esvaziar a Favela. E concluiu sua resposta à minha pergunta: "a senhora sabe: um bairro de gente rica não pode ter Favela".

Finalmente a avaliação sobre a vida em favela deu-se em 1974, quando um morador tentava "reequilibrar" em São Paulo. Ele vinha, também, de uma má experiência de volta para a Bahia. Mal sucedido, retornou à Favela.

"A pessoa que mora em favela, é o seguinte: ele não tem certas capacidades, quer dizer que uma pessoa pergunta, vamos supor: eu vou em qualquer serviço... não é nada, não é serviço não, porque se eu tirar uma carta de motorista, qualquer coisa, eles querem saber onde eu vou morar, se eu falo que eu moro aqui, não tiro carta".

"Eu tenho que dar outro endereço prá ver se dá. Eu nunca que dou meu endereço quando tiro um documento ou qualquer coisa. Porque eles acham que o camarada é sem importância, e como de fato é mesmo. O camarada que mora num estado desse é sem importância. Porque que muitos e muitos por aí compra um terreno devagarzinho e economiza e vai pagando um terreno devagar fazendo força, constrói sua casinha, fica lá sossegadinho com sua família." (El., masc., faxineiro, 23 anos.)

A casa própria por um lado representa uma segurança, pois não poderá mais ser expulso da moradia como ocorre na Favela, por outro lado ela possibilita acesso a crédito²⁷. Proprietário, o trabalhador passa a ter valor. El. referindo-se à necessidade de comprar a crédito mostra como é obrigado a dar outro endereço que não o da Favela. Pois, caso se refira à moradia em Favela, passará a ser, no ato, um indivíduo desacreditado, sem "valor". E ele confirma esta avaliação dizendo como é mesmo sem valor uma pessoa que mora num estado desses. Esta sua percepção sugere algumas reflexões. De um lado, ele está se referindo ao estigma-favelado. É uma constatação que ele faz da existência do preconceito. Ao mesmo tempo, mostra a face concreta da vida em favela: "um lugar de passar tempo" que permite economia. Por outro lado, ao concordar com o preconceito é obrigado a encontrar sinais que o diferenciem dos outros moradores "sem valor" das favelas. Talvez aí esteja uma das chaves para compreender elementos

da “consciência do oprimido”. Dentro da condição de dominado, em contextos políticos específicos, não há outra saída do que a de “aceitar” a atribuição de valores negativos ao seu grupo. Para que seja possível sua reprodução física enquanto força de trabalho, sua reprodução ideológica e cultural (talvez se possa dizer também a reprodução de sua identidade) a conjuntura atual muitas vezes só lhe deixa uma saída individual.

Neste quadro ele precisa diferenciar-se dos demais frente àqueles que têm nas mãos os instrumentos necessários para a sua sobrevivência. Para tanto afirma atributos que sabe considerados positivos pela classe dominante. Entretanto ocorrem situações em que os favelados resistem à mudança forçada. Nestes casos, a condição de favelado não é negada, mas sim enfatizada estrategicamente, pois transformada em motivo de luta²⁸.

5. Cercas e muros: Separação entre os “iguais” e os “desiguais”.

Dentro desse conjunto de dados e de reflexões como entender a questão das cercas na Favela e a dos muros e da reforma das casas na Vila da COHAB?

Houve um momento na história da Favela em que moravam naquele terreno só pessoas conhecidas, entre si, todas “iguais”, pobres, igualmente “fracos de capital”. As regras internas de posse dos trechos do terreno ocupados por indivíduos ou grupos domésticos, eram reconhecidos pelo grupo de iguais e respeitadas. Não existia a necessidade de cercas em volta dos barracos.²⁹ Quem chegou primeiro monopolizou a possibilidade de vender barracos e trechos do terreno. Entretanto, com a vinda gradativa de novos moradores caracterizou-se, segundo a definição dos “de dentro”, o local enquanto Favela.

“Favela é quando existe às vezes bastante barracos, pessoas diferentes dos outros, pessoas bagunceiras que gosta de brigar, que gosta da valentia, não procura meio social... Estão todos que são os bom; acontece ter três bom, mas lá mora dez ruim, os três bom são ruim a mesma coisa... e Continuando, o favelado refere-se ao tempo em que chegou no local “... bom como de fato antigamente aqui, eu conheci aqui, cheguei em 1969. Apesar de que não era favela, porque favela, é quando existe bastante barraco, como está aqui agora. Vamos supor, tem um terreno vago, tem um barraco, dois, três ou quatro quer dizer que não é favela... Tudo sossegado”. (El. 1974).

Ao mesmo tempo, este crescimento que traz consigo os “bagunceiros”, também torna presente a ameaça de despejo. A remoção quando realizada, obedecerá a critérios de fora: as regras internas de posse, de vizinhança etc... não serão reconhecidas. A competição interna será acirrada, as soluções serão individuais. Frente aos “de fora”, às “autoridades”, será necessário marcar as diferenças entre os “iguais” e os “desiguais”. É o que revela

a seguinte avaliação de um morador antigo da favela: . . . "É esta malandragem aí. E a gente às vezes está aqui, elas estão aí, folgada aí com este povo do mundo aí, não procurando respeitar quem tem filhos, quem tem filha casada. . . Olha aí . . . pandeiro, harmônica. . . quer dizer que um de nós não pode dizer nada" . . . Ele aponta para todo um lado da favela onde ficariam estes "desiguais", "porque ali tem pessoas desiguais" . . . "agora aqui é o meu lado, a senhora não viu que eu fiz esta cerca até lá, dividi. Agora meu local, que eu só mando, é aqui, meu quintal, meus trens. . . É nós ia tirar o nosso local de saída para cá, que eu ia combinar com todos os vizinhos aqui, mas depois que vi que tavam desiguais, eu falei: — sabe de uma coisa, então, eu vou repartir, deserdei aqui assim prá lá. Fechei aqui a frente aqui, plantei minhas plantas peguei o outro genro dali, o outro daqui e pronto. . . Agora aqui é só três famílias. Agora prá lá. . . fica todo mundo. . ."

(L. masc., 43 anos, casado, nove filhos, faxineiro de residência, vende e aluga barracos e cômodos de barracos — Novembro 1972).

A cerca marca a posse. Dentro das regras internas de apropriação de um "terreno vago" o que está "dentro da cerca é da pessoa". Qualquer desrespeito é considerado "invasão" segundo o consenso dos moradores. Além disto, este limite no espaço marca, simbolicamente, uma divisão entre "iguais" e "desiguais". Ora, esta atribuição negativa a um setor da Favela pode ser situacional. Lembro que é justamente desses moradores do outro lado que o informante depende para seu comentário de barracos.

Verifica-se pois que os atributos não necessariamente correspondem a características objetivas das pessoas, lembrando Goffman: "O que deve ser verificado é a linguagem de relação e não de atributo. Uma vez que um atributo que estimatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele, em si mesmo, não é nem honroso, nem desonroso"³⁰. Constata-se por outro lado, que em termos de dinâmica social temos uma categoria de pessoas consideradas indesejáveis às quais designamos esses atributos como rótulos. Em termos teóricos, isto quer dizer que as categorias ("eu" e o "outros") precedem a sua definição ("o outro" é "marginal") através do uso de atributos. Estes estão ligados ao conjunto das relações sociais da sociedade mais ampla. Observa-se também que a desigualdade parece ser um traço distintivo aplicado situacionalmente. Além disso, o mecanismo de diferenciação parece atuar somente no nível interno das disputas nas favelas, e em contextos precisos. Existe um nível mais amplo em que todos os de dentro da favela são iguais. É o que revela a avaliação de uma moradora (*An.*, fem. 40 anos casada, quatro filhos. Toma conta de filhos dos moradores que trabalham fora — 1974), sobre um outro morador com o qual tem rixas tradicionais: ". . . igual a ele nós só temos a pobreza, mas não somos marginal".

No caso da vila da COHAB, a autora da tese “Entre nós, os pobres, eles, os negros” relata que para a maioria dos moradores “em termos a qualidade da moradia e da redução da despesa familiar com habitação, a vila representou uma vantagem real. E quase todos avaliam-na positivamente, mesmo os que acham que lá é preciso ter cuidado na “seleção das amizades”. Este último ponto contém dimensões diversas. Assim, aqueles que lamentam a inevitabilidade do convívio com pessoas negativamente valoradas, observam, por exemplo, que gostam da sua casa — “porque é minha” — mas não que gostam da vila, “pois era “tudo misturado”, o que não podia ser evitado, pois as pessoas juntavam-se no ônibus, agrupavam-se em torno do verdureiro etc. . . .”³¹.

. . . “os únicos momentos de encontros públicos em que os moradores podem reunir-se como “moradores da vila” são quermesses, comícios e feiras dominicais. Nos dois primeiros a frequência é mínima. Nas últimas, as pessoas vão fazer compras e “palestram” muito pouco, e apenas com os conhecidos que lá encontram. As relações da vila não são relações comunitárias. A ênfase é na individualidade da casa. . . dado importante sobre a vila, da qual se supõe uma homogenidade” . . .³².

Ao nível simbólico, a reforma da casa (principalmente a construção do muro) expressa, além de um elemento de diferenciação social dos moradores, um desejo de eliminar a “dubiedade da propriedade”³³. Isto porque enquanto não for saldada toda a dívida com a COHAB a casa da vila não é considerada de propriedade do morador. A possibilidade de despejo por não pagamento de prestações é uma ameaça sempre presente.

Resumindo alguns pontos de comparação entre a Favela e a Vila popular: inicialmente, na Vila como na Favela, o trabalhador pode encontrar-se numa situação peculiar frente ao *status* de proprietário. Aqui, como lá, as cercas e os muros servem como marcas espaciais de individualização e de definição de posse e propriedade. Por outro lado, na Favela é a atribuição de rótulos positivos e negativos aos outros, resumindo papéis sociais e atributos, que informa o mecanismo de diferenciação interna. De um lado estão os “pais de família”, “as mulheres casadas”, “os trabalhadores”, e de outro, os “rapazes solteiros”, as “mulheres amigadas”, “as raparigas”, os marginais e os “vagabundos”. Adicionados a estes papéis podem aparecer atributos positivos como “honesto” e “limpo”, e atributos negativos como “desonesto” e “sujo”. Além disto, os trabalhadores da favela que reúnem aqueles atributos e papéis positivos que os diferenciam dos maloqueiros podem possuir outros atributos positivos que ajudam a reforçar a identidade positiva que procuram apresentar para “os de fora”, quando são “autoridades”, ricos etc. . . assim, brancos e alfabetizados opor-se-iam a pretos e “ignorantes”.

Na Vila, esse mecanismo está baseado no critério: reforma da casa. A reforma da casa é o sinal básico para as definições das categorias que

classificarão os moradores, embora como esclarece Suely K. Almeida, existam também critérios que "remetem à aparência pessoal, como a cor e o modo de vestir" . . .³⁴. Na vila também aparecem testemunhos (embora raros) que revelam que lá são "todo iguais". A hipótese que explicaria a ênfase na diferenciação interna talvez resida na conjuntura política dos anos 1972-73, ou no fato da pesquisa ter sido realizada no local de moradia.³⁵

OBSERVAÇÕES FINAIS

A condição de precariedade quanto a ilegalidade da moradia aparece também nos loteamentos clandestinos na periferia de São Paulo. Entretanto a Favela, ainda assim, apresenta algumas particularidades, uma delas reside, tomando, ainda o exemplo, da Favela estudada, no fato de ser toda uma comunidade que se encontra na mesma situação de ilegalidade diante de um proprietário. Esta seria, então, uma situação de que de fato homogeniza os trabalhadores moradores de Favela, uma vez que podem ser considerados em conjunto como invasores de propriedade privada. Uma segunda seria a ocupação do espaço interno da favela. Os moradores alugam e vendem pedaços de "chão" do terreno. Barracos são cercados. É nessa condição peculiar que reside, do meu ponto de vista, a contradição principal do trabalhador favelado enquanto "morador". Se não, vejamos, ele mora num terreno alheio, onde ocupa, cerca e vende terreno como se fosse proprietário. Esta prática pode ser necessária no caso de alguns moradores para a reprodução de sua força de trabalho numa determinada fase de sua vida. Uma vez que a favela é vista por ele como um "local de passar tempo", ele só permanecerá aí enquanto está se "equilibrando", "economizando", para "sair da favela" e tornar-se proprietário de fato, comprando "um terreninho". Dentro desse projeto, uma Favela que aumenta de população representa uma possibilidade de aumento de renda: para as mulheres que lavam e passam roupa para os moradores e para aqueles que alugam, vendem barracos e negociam material de recuperação. O crescimento significa maior clientela. Entretanto, é justamente a maior densidade de moradores que traz uma dupla ameaça para o local. Em primeiro lugar, a de remoção (por parte de um particular, dono do terreno, ou por parte do poder público), em segundo lugar, a da caracterização do lugar como "favela" do ponto de vista das representações dos moradores da cidade. Neste momento todos os moradores serão englobados dentro do estigma "favelado".

Retendo o exemplo de um momento de remoção, como foi visto aqui, o trabalhador na condição de "favelado", de invasor de terreno particular deverá sair de sua moradia interrompendo bruscamente uma estratégia de sobrevivência a curto prazo e uma estratégia de vida a longo prazo que inclui aquisição de uma casa própria. Segundo uma explicação que ouvi em 1977, o governo tem direito de expulsar o favelado porque ele está no "que não é dele", num lugar onde entrou "de abelhudo". Como não pode pagar aluguel em outra moradia popular não pode se queixar do local para onde será trans-

ferido, uma vez que “cavalo dado não se olha a bunda” (Testemunho de A em 1977, por ocasião da remoção da “Favelinha”). Seu projeto de “proprietário” deverá ser adiado. No novo local, distante do trabalho, gastará em condução e a renda familiar ficará desfalcada da contribuição trazida por uma série de práticas (realizadas em favela) que facilitavam sua sobrevivência. Expulso pela regra máxima de propriedade privada, sua aspiração continua sendo a de atingir este status. Neste sentido, há uma manipulação pela classe dominante desta aspiração. Dois fatos vêm apoiar esta constatação.

Os “engenheiros” que trabalharam na transferência dos favelados asseguraram para um favelado que aquela moradia na Vila poderia ser provisória porque o governo aprecia os que são trabalhadores e pretende ajudá-los. Assim ele tem esperança de conseguir um empréstimo para comprar um terreno próprio. É também uma postura desta ordem que está implícita na argumentação da funcionária da prefeitura durante a reunião relatada páginas atrás. Esse contexto talvez explique porque um dos inimigos dos moradores, no momento de uma remoção forçada, fique localizado no “favelado”. Assim surge o mecanismo de diferenciação interna, visando a construção de uma identidade positiva para as “autoridades”.

Não ser trabalhador aparece, então, como um atributo negativo no estigma “favelado”. Por outro lado, talvez, esses contextos contribuam para a compreensão da inversão que se constata na definição de “Favela” pelo favelado.

Existe uma lógica na definição dos trabalhadores favelados de “forte” e de “fraco” que estabelece uma ordenação na realidade social a partir de um critério fundamental que é a possibilidade de acesso aos meios de produção. Assim, o forte é aquele que tem “bens” e o “fraco” “o que não tem bens” que é “fraco de capital”. Ora, estas categorias têm atributos subsidiários que são usados em contextos específicos; como marcas: os “fracos” são “pretos”, os “fracos” são favelados, “favelado” é ignorante, “briguento”, “ladrão”, “sujo”, “vagabundo”. Por isto é que ficam nas “favelas”, por hábito, muitos têm casa mas não querem mudar; “gostam desse meio”.

A Favela existe porque eles existem. Desta forma o critério definidor fundamental passa a ser o atributo subsidiário. O discurso ideológico consiste, justamente, em inverter, a lógica das definições. O que é efeito passa a ser causa.

NOTAS

(1) — Neste sentido ver, para uma avaliação de alguns dos trabalhos mais recentes que criticam os estereótipos sobre Favela: Perlman, Janice, “Favelas do Rio e o mito da marginalidade”, p. 50 in: *Ensaio de Opinião*, 25-5. *Idem*, *O mito da marginalidade, favelas e política no Rio de Janeiro*, R. J., Paz e Terra, 1977.

Valladares, Lícia do Prado, *Opération de relogement et réponse sociale: le cas des résidents des favelas a Rio de Janeiro*. Tese de doutoramento. Universidade de Toulouse-le-Mirail, 1974.

Para uma análise crítica do conceito de marginalidade ver: Kowarick, Lúcio, *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

(2) — As categorias dos trabalhadores favelados aparecem entre aspas.

(3) — O trabalho como um todo compreende 3 etapas: uma primeira realizada de outubro de 1972 a setembro de 1973 em duas favelas de São Paulo em conjunto com um grupo de pesquisadores da USP (direção da pesquisa: Lúcio Kowarick e Ruth Cardoso. Pesquisadores de campo que elaboram trabalhos sobre as favelas: Rosa Fischer Ferreira, Álvaro Fernandes R. Neto); uma segunda de 1973 — setembro — até 1975 — março — quando continuei sozinha minha pesquisa individual numa destas Favelas; uma terceira iniciada após a remoção da favela em 1977 e que está sendo desenvolvida na Vila para onde foram transferidos os moradores. Nesta etapa também será incluída uma pesquisa na casa própria de ex-moradores da Favela.

(4) — Alguns pesquisadores vêm-se preocupando com a representação de trabalhadores favelados sobre Sociedade e Poder e sobre a favela como solução de sobrevivência. Neste sentido, ver, respectivamente:

Cardoso, Ruth C. L., "Favela: conformismo e invenção" pág. 36-43 in: *Ensaaios de Opinião*, 2-2, R. J., Inúbia, 1977.

Idem, "Sociedade e Poder: As representações dos favelados de São Paulo", pág. 38-44 in: *Ensaaios de Opinião*, 2-4, R. J., Inúbia.

Ferreira(Rosa F., *A favela como solução de vida*, Tese de mestrado USP, 1977.

Kowarick, Lúcio, "Usos e abusos: reflexões sobre as metamorfoses do trabalho" pág. 9 in: Kowarick, L. e outros, *Cidade Usos & Abusos*, S. P., ed. Brasiliense, 1978.

(5) — Almeida, Suely K., "Entre nós, os pobres, eles, os negros", Tese de Mestrado, UNICAMP, 1976.

Existe um projeto comum, meu e de Suely K. Almeida, de escrevermos um artigo cotejando, com a possível profundidade, dados paralelos obtidos por nós duas, em pesquisas independentes. No presente artigo é alinhavado certo número de dados desse cotejo. A responsabilidade por essas interpretações é, aqui, exclusivamente minha.

(6) — "Uma vitória contra os favelados? Por enquanto".

O Estado de São Paulo, 14-12-1972.

(7) — Almeida, *op. cit.*, p. 15, 16.

(8) — "Carapicuíba não quer receber os favelados".

O Estado de São Paulo, 12-4-1975.

(9) — Prefeitura do Município de São Paulo, SEBES, *Projeto de Desfavelamento*, Junho de 1971. P. 3.

(10) — *Idem*, p. 5, 6.

(11) — Em 1977 a favela que estudei foi removida para a periferia de São Paulo. No local foram construídos barracões de madeira. Em 1974 tinha surgido um estudo da Prefeitura de São Paulo que representava uma elaboração teórica mais aprofundada do que aquela apresentada no projeto de desfavelamento para 1971, objeto de análise desse artigo; (ver: Prefeitura do Município de São Paulo, Boletim HABI — Caderno Especial — 01-1974). Parece, entretanto, que a remoção e a instalação no novo local deram-se segundo as diretrizes delineadas naquele projeto de 1971. Esta é uma questão que pretendo verificar na minha atual fase de pesquisa.

(12) — Prefeitura do Município de São Paulo, *Op. cit.*, p. 9, 14.

(13) — *Idem*, p. 13.

(14) — *Idem*, p. 12.

(15) — *Idem*, p. 13, 14.

(16) — *Idem*, p. 11.

(17) — Para uma definição do conceito de identidade pessoal ver: Goffman, E., *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, R. J., Zahar, 1975.

(18) — A metodologia adotada na interpretação do material empírico recolhido por mim na pesquisa tem sido a análise de casos concretos que ocorreram no espaço

de três anos. Os discursos dos agentes, por exemplo, são colocados no contexto de cada caso concreto. (Este tipo de análise foi possível porque, durante os anos de pesquisa, convivi quase quotidianamente na favela, tendo inclusive ensinado numa escola no interior desta). Assim, cada categoria social, envolvida num caso concreto, tem sua Deste modo pode-se mostrar o caráter estratégico, dentro de uma política dos “de dentro” versus os “de dentro” e os “de fora”, ligada à especulação do espaço, do conteúdo dos discursos de cada categoria social.

Um conjunto de situações concretas, ocorridas ao longo de um tempox e ligadas entre si por um núcleo constante de participantes, permite que se desvende as contradições presentes em cada uma, que se analise as resoluções destas, em cada caso específico. Em seguida será possível elaborar uma articulação destas contradições com aquelas presentes no contexto social e político da conjuntura nacional de cada período que se está analisando.

(19) — Almeida, *op. cit.*, p., 16.

(20) — Ver o trabalho de. Maricato, Ermínia, *A Proletarização do Espaço sob a Grande Indústria. O caso de São Bernardo do Campo na região da Grande São Paulo*. Tese de Mestrado. FAU. USP. 1977, p. 75.

(21) — Valladares, Lícia do Prado, *Passa-se uma casa. Análise do Programa de remoção de favelas no Rio de Janeiro*, R. J., Zahar, 1978.

(22) — Almeida, *op. cit.*, p. 18, 19.

(23) — Leitão Ramos, Célia, *A gente do Londres*, tese de mestrado. UNICAMP, 1976. Durham, Eunice, *A caminho da cidade*, S. P., ed. Perspectiva.

(24) — Ver um processo semelhante descrito por Eunice, Durham a propósito da reinterpretação dada pelos consumidores aos “produtos” da indústria cultural. Durham, E., “A dinâmica cultural na sociedade moderna”, p. 32-35 in: *Ensaio de Opinião 2-2*.

(25) — Para uma definição do conceito de identidade social e de estigma: Goffman, *op. cit.*

(26) — Note-se que o menor só foi solto porque a testemunha que acompanhou o favelado era da classe dominante.

(27) — G. Bolaffi, refere-se à vantagem objetiva trazida pela casa própria na questão do acesso a crediário. Bolaffi, Gabriel, “Habitação e Urbanismo”, p. 73-83 in: *Ensaio de Opinião 2-1*, Inúbia.

(28) — Lícia Valladares faz uma análise de diversas tentativas de resistir à remoção ocorridas no Rio de Janeiro. Ver *op. cit.*, item 1. Ver também artigo de Santos, C. N. F. “Três movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro”, p. 29 in: *Religião e Sociedade*.

(29) — A propósito de comportamentos de territorialidade: Sommer, R. *Espacio e Comportamiento Individual*, Madrid, I. E. Adm., 1974

(30) — Goffman, E. *op. cit.*

(31) — Almeida, *op. cit.*, p. 30.

(32) — *Idem*, p. 37.

(33) — *Idem*, p. 63.

(34) — *Idem*, p. 72.

(35) — *Idem*. p. 56, 61.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Suely K. de, *Entre nós, os pobres, eles, os negros*. Tese de Mestrado, IFCH, UNICAMP, 1976, 165 p.
- BOLAFFI, Gabriel, “Habitação e Urbanismo”, p. 73-83 in: *Ensaio de Opinião, 2-1*, R. J., Inúbia, 1975.

- CARDOSO, Ruth C. L., "Favela: conformismo e invenção" p. 36-43 in: *Ensaio de Opinião*, 2-2, R. J., Inúbia, 1977.
- CARDOSO, Ruth C. L., "Sociedade e poder: As representações dos favelados de São Paulo" p. 38-44 in: *Ensaio de Opinião*, 2-4, R. J., Inúbia, 1978.
- DURHAM, Eunice R., "A dinâmica cultural na sociedade moderna" p. 32-35 in: *Ensaio de Opinião*, 2-2, R. J., Inúbia, 1977.
- FERREIRA, Rosa F., *A favela como solução de vida*, Tese de mestrado, USP, 1977.
- GOFFMAN, E., *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, R. J., Zahar, 1975, 158 p.
- KOWARICK, L., "Usos e abusos: reflexões sobre as metamorfoses do trabalho", pág. 9. In: Kowarick, L. e outros, *A Cidade, usos & abusos*, S. P., ed. Brasileira.
- MARICATO, Erminia T. M., *A Proletarização do Espaço sob a Grande Indústria. O caso de São Bernardo do Campo na região da Grande São Paulo*. Tese de Mestrado. FAU. USP, 1977, 98 p.
- PERLMAN, Janice, *O mito da marginalidade. Favelas e política no Rio de Janeiro*. R. J., Paz e terra, 1977.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, SEBES, *Projeto de Desfavelamento*, Junho de 1971.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, *Estudo sobre o fenômeno favela no Município de São Paulo*, Boletim HABI — Caderno Especial — 01-1974.
- SANTOS, Carlos Néson F., "Três movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro", p. 29-60 in: *Religião e Sociedade*, S. P., Hucitec, 1978.
- SOMMER, Robert, *Espacio y Comportamiento Individual*, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1974, 322 p.
- VALLADARES, Lícia do Prado, *Opération de Relogement et Reponse Sociale: le cas des residents des favelas a Rio de Janeiro*. Tese de doutoramento. Universidade de Toulouse-le-Mirail, 1974.
- VALLADARES, Lícia do Prado, *Passa-se uma casa. Análise do programa de remoção de favelas no Rio de Janeiro.*, R. J., Zahar, 1978, 142 p.
- Jornais*: "Uma vitória contra os favelados? Por enquanto".
O Estado de São Paulo, 14-12-1972.
"Carapicuíba não quer receber os favelados".
O Estado de São Paulo, 12-4-1975.